

FHC contorna crise com partidos aliados

24 JUL 1997

GAZETA MERCANTIL

PMDB e PFL ameaçam romper e exigem maior apoio do presidente

Sandra Nascimento e Luís Eduardo Leal de Brasília

Ameaçado pelo rompimento dos partidos da base governista, o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou entrevista para uma farta distribuição de elogios aos partidos aliados – “Luís Eduardo Magalhães goza da minha confiança e honra sua palavra. Tenho certeza de que o Luís Eduardo continuará sendo líder da maioria e será a pessoa que fala por mim no Congresso Nacional. Que ninguém tenha dúvidas a esse respeito”.

As declarações do presidente foram a condição imposta pelo líder do governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). O líder chegou a colocar o cargo à disposição na manhã de ontem e acabou voltando atrás depois da promessa do presidente de um pronunciamento público. “O presidente fez um apelo e eu aceitei ficar”, disse o deputado pefelista, depois de conversar com o presidente. O deputado disse ter pesado em sua decisão as conseqüências imediatas que sua saída poderia provocar num momento tão sensível, com bolsas flutuando ao sabor dos sus-



Luís Eduardo Magalhães

tos externos e manifestações armadas eclodindo em todo o País.

O PMDB, muito mais atingido pelas críticas de Motta do que o PFL, reforçou duramente o coro por um pronunciamento do presidente. “O que o PMDB quer é que o presidente Fernando Henrique reconheça a importância e a competência dos ministros pemedebistas e a necessidade do partido dentro da base alia-

da”, disse o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP).

Em sua entrevista, o presidente respondeu à crítica do PPB de que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, não pode ser demitido porque é seu amigo – “Posso demitir quem eu quiser. Todos, inclusive, naturalmente, o Sérgio Motta”. Fernando Henrique, no entanto, não fez críticas públicas ao ministro – “O ministro Sérgio Motta, é bom que se diga, eu já fiz os reparos que eu tinha de fazer a ele, tem papel importante como ministro das Comunicações”. (Pág. A-8)■

A CPI do Senado que investiga os títulos públicos teve um desfecho insólito para um trabalho de investigação de oito meses: existem agora dois relatórios. O primeiro, aprovado na segunda, é o de Requião, atenuado por várias ressalvas feitas pelo próprio relator para garantir o apoio de 6 dos 12 senadores com direito a voto. O segundo será considerado o relatório oficial do Senado e começou a ser produzido ontem. Trata-se da extirpação de vários pontos do texto do senador paranaense, pela aprovação de votos em separado. (Pág. A-7)■